

Seade critica FGV e diz que mínimo combate pobreza

(Não Assinado)

O gerente de análise da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade), Alexandre Loloian, discorda das conclusões do estudo da Fundação Getúlio Vargas (FGV), divulgado ontem e que defende que os aumentos do salário mínimo acima da inflação não reduzem a pobreza e a desigualdade social.

Loloian ressaltou que o estudo da FGV se baseia na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), do IBGE, o qual considera que o trabalho responde por 36% a 37% da renda dos brasileiros.

Outras formas de rendimento, segundo o IBGE, são juros de aplicações, aluguéis, lucros e vendas de bens: "Por isso, os efeitos dessa política não são uniformes, já que a renda proveniente do trabalho tem maior incidência nos estratos inferiores da sociedade", destacou, acrescentando que o resultado também é sentido de forma diferente entre as regiões.

O coordenador do estudo da FGV, Marcelo Neri, contudo, insistiu em que, há dois anos, o reajuste do mínimo acima da inflação produz aumento de desemprego e informalidade: "O efeito do mínimo forte está chegando a seu máximo. Um sinal disto é que, em 2006, 19% dos trabalhadores que ganhavam entre R\$ 300 e R\$ 350 antes do reajuste perderam emprego com carteira, enquanto entre os que não foram afetados (não estava na faixa de atuação do mínimo) o percentual de perda de emprego foi 13%", diz, admitindo, porém, que a melhoria na distribuição de renda não elevou a participação da renda do trabalho no PIB.

Loloian, porém, usou dados da última Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), da Fundação Seade: "Em junho, o valor máximo do rendimento dos 10% mais pobres da Grande São Paulo cresceu 1%, ou R\$ 250. A PED indica que, sobre junho de 2005, o reajuste chega a 22%."/td>